

Foco no Planalto

Notas sobre a semana de 21 a 25 de setembro, em Brasília.

RETA FINAL ELEITORAL, DESGATE INSTITUCIONAL, JUDICIALIZAÇÃO NO TSE & AGENDA DE GOVERNO

A menos de duas semanas do primeiro turno, três vetores concentram a dinâmica política e institucional: a disputa presidencial, ainda aberta; o aumento da pressão sobre o STF e a PGR em relação ao envolvimento de seus integrantes com o ex-banqueiro Daniel Vorcaro; e a intensificação da judicialização das campanhas eleitorais. A evolução e a consolidação das intenções de voto permanecem cruciais para as candidaturas, enquanto decisões judiciais e movimentos institucionais ganham peso na definição estratégica de partidos e candidatos.

No campo institucional, o episódio envolvendo o ministro Alexandre de Moraes e a aeronave vinculada ao ex-banqueiro Daniel Vorcaro ampliou o escrutínio público sobre integrantes do STF e acrescentou nova frente de tensão em torno da atuação da Corte. Informações extraídas do celular de Vorcaro estão relacionadas a processos que discutem a atuação de ministros do Supremo. A definição sobre a tramitação conjunta desses processos permanece em aberto após pedido de vista do ministro Flávio Dino. O episódio mantém o STF no centro das discussões sobre transparência, controles institucionais e limites da atuação de seus integrantes.

A controvérsia também alcança a chefia do Ministério Público Federal. Informações extraídas do celular de Vorcaro passaram a envolver o procurador-geral da República, Paulo Gonet, que nega relação de proximidade com o ex-controlador do Banco Master. A análise prevista para a sexta-feira (25) no Conselho Superior do MPF amplia a dimensão institucional do caso, que deixa de estar circunscrito ao STF. O principal efeito é o aumento da atenção pública sobre a atuação, a autonomia e os mecanismos de controle das instituições.

No Congresso, os episódios envolvendo o STF oferecem novo impulso a uma agenda que já discutia sobre o funcionamento e os mecanismos de controle do Judiciário. O debate inclui propostas de mandato, limitação a decisões monocráticas, critérios de escolha de ministros, composição da Corte e instrumentos de controle jurisdicional. A conjuntura recoloca em discussão os limites da atuação do Supremo e a relação entre os Poderes.

A judicialização das campanhas também se consolida como eixo da disputa. O TSE admitiu ação de Flávio Bolsonaro (PL) contra Lula (PT) e Geraldo Alckmin (PSB) relacionada ao desfile da Acadêmicos de Niterói. A campanha de Lula, por sua vez, acionou a Justiça Eleitoral contra Flávio Bolsonaro e seu vice, Alfredo Gaspar (PL), questionando o uso de suposta rede de desinformação contra o candidato à reeleição. No Paraná, o TSE suspendeu liminarmente a campanha de Deltan Dallagnol (Novo) ao Senado, com interrupção temporária da propaganda eleitoral gratuita e uso de recursos públicos. A multiplicação de ações mostra que a Justiça Eleitoral passou a integrar de forma mais direta a estratégia das campanhas, tanto na contestação de condutas dos adversários quanto na contenção de seus efeitos sobre a disputa.

No plano internacional, Lula cumpre agenda na Assembleia Geral das Nações Unidas em Nova York, como chefe de Estado, o que inclui discurso no plenário da ONU e reuniões bilaterais. A participação brasileira deve abordar temas como multilateralismo, soberania, relações internacionais e conflitos geopolíticos. No plano doméstico, o governo mantém uma agenda com repercussão eleitoral, incluindo o reajuste do Bolsa Família e a proposta de restrição às bets em meio ao endividamento das famílias. A sobreposição das dimensões de chefe de estado e de candidato à reeleição exige distinguir a atuação institucional enquanto presidente das iniciativas de impacto direto na campanha à reeleição.

Assim, o principal ponto de acompanhamento da semana será verificar se os temas institucionais envolvendo STF, TSE, Congresso e governo conseguirão transbordar para a disputa eleitoral ou se permanecerão subordinados às variáveis mais diretamente associadas às candidaturas e às agendas econômica e social.

Destaque da Semana

Terça

- **Plataformas Digitais** | Reunião temática do Observatório do Trabalho Descente (ODT) do CNJ para [debater](#) condições de trabalho nas plataformas digitais sob a perspectiva da Convenção 193 da OIT.

Poder Executivo

Presidência da República

Agenda do presidente – **Luiz Inácio Lula da Silva** cumpre, nesta semana, agenda em **Nova York**, nos Estados Unidos.

Nesta segunda (21), reuniu-se com o Presidente da República Oriental do Uruguai, **Yamandú Orsi**, realizou audiência com o prefeito da cidade de Nova York, **Zohran Mamdani** e, mais tarde, com o senador **Bernie Sanders**.

Na terça (22), discursa na abertura da **81ª Assembleia Geral da ONU**. O tema da sessão deste ano é “Restaurar a confiança, gerenciar a transformação: uma Organização das Nações Unidas que atenda a todas as pessoas”.

Na quarta (23), participa do ato Cultura com Lula, com artistas, lideranças políticas e 80 personalidades da cultura, para apresentar e conversar sobre as propostas para o setor, no Rio de Janeiro (RJ).

Ademais, aliados articulam o encontro do presidente com empresário e representantes do setor produtivo para o final da semana. O encontro deverá contar com a presença do vice-presidente, Geraldo Alckmin, e com os ministros da Fazenda, do Planejamento e o atual presidente do BNDES.

Vice-Presidência da República

Agenda do vice-presidente – **Geraldo Alckmin** se reúne, nesta terça (22), com movimentos sociais populares, sindicais, culturais, organizações e juristas em uma mobilização pela reeleição do presidente Lula, em São Paulo (SP).

MCTI

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

Agenda da ministra – **Luciana Barbosa** estará de férias no período de 21 de setembro a 2 de outubro de 2026.

Agenda internacional

- ✓ Luanda (Angola) - 4º Fórum Lusófono da Governança da Internet.
- ✓ Bangalore (Índia) - BRICS | "8ª Reunião do Grupo de Trabalho BRICS em Ciência de Materiais e Nanotecnologia" e "6ª Reunião do Grupo de Trabalho BRICS em Fotônica".

MD

Ministério da Defesa

Agenda do ministro – **José Múcio** estará de férias, do dia 23 a 27 de setembro de 2026.

MEMP

Ministério do Empreendedorismo, da

Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

Agenda internacional

- ✓ Barranquilla (República da Colômbia) – “24ª edição do Intercâmbio de Competitividade das Américas (*Americas Competitiveness Exchange – ACE*).

MF
Ministério da Fazenda

Agenda do ministro – **Dario Durigan** se reuniu, nesta segunda (21), com **Guilherme Fleury de Figueiredo Ferraz Parolari**, vice-presidente Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia de Bebidas das Américas (Ambev).

BACEN
Banco Central do Brasil

Agenda do presidente – **Gabriel Galípolo** cumpriu, nesta segunda (21), agenda de despachos internos em São Paulo (SP).

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2026 subiu para US\$ 77 bilhões de resultado positivo.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano subiu para 4,92%. No caso do PIB 2026, os economistas do mercado financeiro apontaram leve recuo da estimativa de crescimento para 1,88%. Ainda, o mercado financeiro diminuiu a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, para 13,5%. A projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2026 permaneceu em R\$ 5,20.

MGI
Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Agenda ministerial – **Esther Dweck** acompanha, nesta semana, o presidente **Lula** em agenda em **Nova York**, nos Estados Unidos.

Nesta segunda (21), participou do painel “*Estratégias e Compras Públicas Sustentáveis: Lições de governos municipais, estaduais e nacional*”, na **81ª Assembleia Geral das Nações Unidas** (ONU).

Participa também do painel “*Dia da Cooperação Digital: Tecnologia na linha de frente da resiliência aos desastres – rumo a plano conjunto no processo de redução de riscos de desastres*”.

Em evento promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), participou do “*Diálogo Presidencial sobre Inteligência Artificial – Transformando a promessa do digital e da IA em produtividade para a América Latina e o Caribe*”.

Além disso, pela noite, comparecerá à cerimônia de premiação da Aliança 50-in-5, promovida pela Aliança de Bens Públicos Digitais (DGPA).

MJSP
Ministério da Justiça e Segurança Pública

Agenda internacional

- ✓ Nova Iorque (Estados Unidos da América) – “*Sustainable Development Impact Meetings 2026 - SDIM26*”

ANPD
Autoridade Nacional de Proteção de Dados

Audiência Pública – A entidade debaterá na quinta (24) a minuta de Resolução que altera o Regulamento do Processo de Fiscalização e do Processo Administrativo Sancionador no âmbito da agência. O encontro poderá ser acompanhado pelo seu [canal](#) no YouTube.

Agenda internacional

- ✓ Luanda (Angola) – "4º Fórum Lusófono da Governação da Internet".

Política

BTG/Nexus: No 2º turno, Lula tem 46% e Flávio 45%, empatados tecnicamente. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) permanecem tecnicamente empatados em uma eventual disputa de segundo turno, segundo pesquisa BTG/Nexus divulgada nesta segunda-feira, 21. O petista tem 46% das intenções de voto, e Flávio, 45%. Brancos, nulos ou eleitores que não escolheram nenhum dos dois candidatos somam 7%, enquanto 1% não soube ou não respondeu. Na rodada anterior, de 14 de setembro, Lula tinha 47%, e Flávio, 46%, também em empate técnico. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Flávio quer revogar mais de 1.000 atos no 1º dia de eventual governo. Flávio Bolsonaro anunciou a intenção de revogar mais de 1.000 atos administrativos no primeiro dia de um eventual governo. A medida visa desburocratizar e simplificar a administração pública, eliminando normas consideradas excessivas ou desnecessárias. A proposta faz parte do plano de governo apresentado para as eleições de 2026, com foco na redução da intervenção estatal e estímulo ao empreendedorismo. A iniciativa também busca promover maior eficiência na gestão pública e facilitar o ambiente de negócios no país. [Fonte:](#) Poder360.

Ministro das Relações Institucionais defende que Lula divulgue carta com compromisso fiscal para novo mandato. O ministro das Relações Institucionais, José Guimarães, defendeu que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgue um documento com compromissos fiscais para um eventual novo mandato. A proposta foi mencionada na reunião da Executiva Nacional do PT e também apresentada ao próprio presidente Lula. A ideia surgiu em encontro com apoiadores, levantada pelo economista André Perfeito, que destacou a importância da responsabilidade fiscal para a campanha. A iniciativa remete à Carta ao Povo Brasileiro, divulgada em 2002, que ajudou Lula a conquistar apoio do mercado. Guimarães elogiou a proposta, ressaltando que a desconfiança dos agentes econômicos em relação a Lula é menor atualmente. Apesar disso, não há discussão formal na campanha sobre a divulgação do documento neste momento. A confiança no equilíbrio fiscal do governo Lula tem sido afetada por medidas recentes, como o reajuste do Bolsa Família. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Avaliação negativa do governo Lula supera a positiva em todas as áreas de atuação, revela Ipsos/Ipec. A gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é mal avaliada em todas as áreas de atuação do governo, aponta pesquisa Ipsos/Ipec divulgada nesta segunda-feira, 21. No recorte por áreas de atuação, o levantamento mostra que o petista tem mais menções negativas que positivas em todos os quesitos. A área de controle de gastos públicos é a pior avaliada. São 24% os que avaliam a gestão como ótima ou boa no assunto, enquanto 54% julgam a atuação de Lula no tema como ruim ou péssima. O combate à inflação é avaliado de forma positiva por 25% dos entrevistados, enquanto 51% avaliam-no como ruim ou péssimo. Os índices repetem-se na avaliação da segurança pública. [Fonte:](#) O Estado de S. Paulo.

Aliados articulam encontro de Lula com empresários em SP. Aliados do presidente Lula (PT) articulam um encontro do petista com empresários e representantes do setor produtivo no final da próxima semana, em São Paulo. A reunião está prevista para acontecer em um hotel na zona sul da capital paulista e deve contar também com a presença do vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB). Também é esperada as presenças dos ministros Dario Durigan (Fazenda) e Bruno Moretti (Planejamento), além do atual presidente do BNDES, Aloizio

Mercadante. O encontro é organizado pelo advogado Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo Prerrogativas, e pelo ministro da Indústria e Comércio, Márcio Elias Rosa. [Fonte:](#) Metrôpoles.

Economia

Em ano de eleição, Estados aceleram gasto público e projetam déficit fiscal. Depois de resultados anuais robustos desde 2022, o agregado de 26 Estados e Distrito Federal deve pesar contra o resultado primário geral este ano. Estimativas dos próprios governos estaduais na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) apontam para déficit primário agregado de R\$ 36,9 bilhões. Em 2022, último ano das gestões anteriores, o conjunto dos 27 entes federados teve R\$ 51,6 bilhões em superávit primário. O resultado permaneceu positivo em 2023 e 2024 e praticamente estável no ano passado. Para 2026, 18 estados projetam resultado no vermelho. Segundo alguns representantes dos Estados, o quadro do resultado primário em 2026 reflete, entre outros fatores, o ciclo eleitoral, com altos investimentos suportados por superávits financeiros anteriores ou por receitas de operações de crédito. Ou seja, os investimentos pressionam a despesa primária deste ano, mas a receita primária foi computada em anos anteriores. No caso de recursos de financiamentos, por serem receitas financeiras, não chegam a entrar no resultado primário “acima da linha”, que é a diferença entre as receitas e despesas totais, mas retiradas as receitas e despesas financeiras. Para representantes dos Estados, este não deve ser o único indicador para analisar as contas e medir os esforços de gestão fiscal dos governos. [Fonte:](#) Valor Econômico.

Governo vai anunciar contingenciamento do Orçamento nesta semana. A equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai anunciar um contingenciamento de recursos do Orçamento no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, que será divulgado na quinta-feira (24). Segundo apurou o Valor, são dois motivos. [Fonte:](#) Valor Econômico

Judiciário

O Supremo Tribunal Federal (STF) realiza, nesta terça-feira (22), audiência pública sobre a responsabilidade de parlamentares na destinação e execução de emendas impositivas, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7995 proposta pelo partido Rede Sustentabilidade, relatada pelo ministro Flávio Dino. O debate busca delimitar a responsabilidade dos parlamentares, gestores e demais agentes envolvidos na aplicação dos recursos desde a indicação até a aplicação final, inclusive em transferências para entidades privadas. A discussão se conecta ao debate mais amplo sobre transparência, fiscalização e controle das emendas parlamentares. Foram indicados para contribuir com o debate o procurador do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), André Alexandre Neves da Silva, e a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo (MPC-SP), Élica Graziane Pinto, além da participação de instituições como o Tribunal de Contas da União (TCU), a Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). [Fonte:](#) Notícias STF

Na quarta-feira (23), o Plenário do STF retoma o julgamento do RE 1.141.156 (Tema 1.016), relatado pelo ministro Edson Fachin, sobre a inclusão de expurgos inflacionários na correção monetária de depósitos judiciais realizados durante os planos econômicos das décadas de 1980 e 1990. O julgamento foi iniciado em junho, após sustentações orais, e posteriormente suspenso e envolve os recursos

extraordinários interpostos pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, União e Federação Brasileira de Bancos (Febraban) em face da decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia estabelecido, em julgamento repetitivo, que a atualização dos depósitos judiciais deveria incorporar esses expurgos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promove, nesta terça-feira (22) debate sobre trabalho decente nas plataformas digitais. A programação vai abordar os desafios relacionados à proteção dos trabalhadores na economia de plataformas digitais e os possíveis impactos da Convenção nº 193 da OIT, adotada em junho de 2026 durante a 114ª Conferência Internacional do Trabalho. Entre os participantes estão o diretor da OIT no Brasil, Vinícius Carvalho, e Nuno Cunha, especialista sênior em Instituições de Mercado de Trabalho e principal assessor da OIT na elaboração da Convenção 193. O evento pretende ampliar o diálogo entre o Poder Judiciário, trabalhadores, empregadores, representantes de plataformas digitais e demais instituições sobre a efetividade dos princípios previstos na norma internacional. [Fonte:](#) Notícias CNJ

No âmbito eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou, nesta segunda-feira (21), a citação dos investigados na Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) nº 0601904-89.2026.6.00.0000 proposta por Flávio Bolsonaro (PL) e Alfredo Gaspar (PL) contra o presidente Lula (PT), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), a primeira-dama Janja da Silva, o candidato a deputado federal Marcelo Freixo (PT) e o prefeito de Niterói-RJ Rodrigo Neves (PDT), para apresentarem suas defesas em 5 dias. Relatada pelo ministro Antonio Carlos Ferreira, a ação apura a ocorrência, em tese, de abuso de poder político e econômico e uso indevido dos meios de comunicação social em razão do financiamento público e da ampla divulgação do desfile da Acadêmicos de Niterói, realizado em fevereiro de 2026 com enredo dedicado à trajetória pessoal e política de Lula. A decisão de admissibilidade da ação não representa julgamento de mérito sobre as acusações, e os pedidos de produção de provas serão analisados após a apresentação das defesas dos investigados. [Fonte:](#) PJe TSE

Cenário Internacional

Meta entra com processo contra agência que regula lei que protege menores de conteúdo nocivo no Reino Unido. A Meta ajuizou uma ação judicial contra a Ofcom, órgão regulador de mídia do Reino Unido, contestando a categorização prevista na Lei de Segurança Online, que impõe obrigações adicionais ao WhatsApp e Instagram para proteger menores de conteúdo nocivo. A empresa argumenta que tais obrigações não se aplicam a mensagens privadas. A Ofcom enfrenta ainda outras contestações judiciais de empresas como Roblox, Quora, TikTok e X, que questionam aspectos da implementação da lei, incluindo taxas, multas e exigências de informações internas. A legislação, que entrou em vigor em etapas desde abril de 2025, visa proteger crianças de conteúdo nocivo e conta com amplo apoio público. Autoridades britânicas expressam preocupação de que as ações judiciais possam atrasar a aplicação da lei. A Ofcom afirma que defenderá suas decisões e destaca a importância da regulamentação para um setor que esteve sem controle por mais de 20 anos. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Google é multada em R\$ 2,38 bilhões por órgão da UE por violar privacidade com geolocalização. O Google foi multado em 403 milhões de euros (R\$ 2,38 bilhões) pela principal autoridade reguladora de privacidade de dados da UE nesta segunda-feira (21), após uma investigação sobre o tratamento de dados de geolocalização da big tech. A Comissão de Proteção de Dados da Irlanda (DPC, na sigla em inglês) concluiu que o Google violou as regras de privacidade da União Europeia, conhecidas como Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR, na sigla em inglês), através de três recursos específicos: atividade na web e de

apps, histórico de localização e precisão de localização entre 2018 e 2020. A DPC também determinou que o Google adeque seu tratamento de dados às normas no prazo de seis meses. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Anthropic, OpenAI, Google e SpaceXAI são processadas por suposto acordo para desacelerar IA.

Anthropic, OpenAI, Google e SpaceXAI foram processadas nos Estados Unidos sob a acusação de terem feito um acordo ilegal para coordenar uma desaceleração no desenvolvimento de inteligência artificial (IA). A ação, apresentada na sexta-feira a um tribunal federal da Califórnia, sustenta que a suposta coordenação viola as leis antitruste e pode prejudicar consumidores que pagam por serviços de IA. O processo foi apresentado por advogados de quatro consumidores que assinam ChatGPT, Claude, Grok ou Gemini e busca representar, em uma ação coletiva, outros assinantes pagos desses serviços nos Estados Unidos. [Fonte:](#) Jornal do Comércio

EUA e China discutem sistema de alerta para questões de segurança nacional envolvendo IA.

Estados Unidos e China discutiram no domingo (20) a criação de um sistema de notificação que permitiria aos dois países alertar um ao outro sobre questões de segurança nacional relacionadas à inteligência artificial. Os países abordaram a necessidade de tal mecanismo durante um dia de negociações econômicas com a participação do secretário do Tesouro, Scott Bessent; do representante comercial dos EUA, Jamieson Greer; e do vice-primeiro-ministro da China, He Lifeng. As reuniões ocorreram em Nova York antes da visita de Estado do presidente Xi Jinping a Washington, prevista para o fim desta semana, e tinham como objetivo preparar o terreno para possíveis acordos entre as duas maiores economias do mundo sobre inteligência artificial, comércio e a guerra no Irã. [Fonte:](#) Folha de S. Paulo.

Lula diz que espera acordo com os EUA antes de usar reciprocidade. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na segunda-feira (21) que será cauteloso ao decidir se aplica a Lei da Reciprocidade Econômica contra os Estados Unidos enquanto houver negociação comercial entre os dois países. “Enquanto estivermos na mesa de negociação, não tenho que aplicar a lei da reciprocidade”, declarou. O presidente deu a declaração em entrevista à CNN, em Nova York, onde está para participar da Assembleia Geral da ONU. Lula afirmou que não pretende iniciar uma guerra tarifária com os Estados Unidos e disse que o Brasil deve ter “mais paciência” enquanto as negociações entre os 2 países estiverem em andamento. [Fonte:](#) Poder 360.

Último Foco

Discord classifica risco de suicídio e automutilação como baixo em relatório do ECA Digital. O Discord publicou seu primeiro relatório de transparência para cumprir as exigências do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), abrangendo dados de janeiro a junho de 2026. A plataforma classificou como baixo o risco de suicídio e automutilação entre adolescentes, além de outros riscos como tráfico de seres humanos, extremismo violento e violência. No entanto, riscos moderados foram apontados para assédio, bullying, conduta de ódio e exploração sexual. Nenhuma categoria recebeu classificação alta. O relatório detalha também o volume de denúncias recebidas, totalizando mais de 2,5 milhões, e as medidas de moderação aplicadas, incluindo desativações de contas e remoção de servidores. O Discord informou ter enviado mais de 15 mil denúncias relacionadas a abuso sexual infantil ao Centro Nacional de Crianças Desaparecidas e Exploradas dos EUA. A Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD) suspendeu preventivamente as transmissões ao vivo da plataforma no Brasil após a morte de uma adolescente em julho, relacionada a um caso de indução ao suicídio. O Discord trabalha para implementar processos específicos de notificação e denúncia exigidos pelo ECA Digital e realizou aferição de idade em milhões de usuários para impedir o cadastro de menores de 13 anos. A próxima edição do relatório está prevista para fevereiro de 2027. [Fonte:](#) Estado de S. Paulo.

Governo diz que proposta do Discord é 'insuficiente' e volta a pedir medidas urgentes para proteção de crianças. O governo federal, por meio da Advocacia-Geral da União (AGU), reiterou nesta segunda-feira (21) o pedido para que a Justiça conceda uma decisão liminar de urgência obrigando a plataforma Discord a adotar medidas imediatas e efetivas de proteção a crianças, adolescentes e mulheres. O pedido foi apresentado à 14ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal após uma tentativa de conciliação. Segundo a AGU, a proposta de acordo encaminhada pela plataforma foi considerada "insuficiente" por apresentar caráter genérico e não trazer compromissos reais de mudança técnica. [Fonte:](#) G1 Notícias.

Governo quer prazo de até 12h para redes acionarem polícia por risco grave a criança e adolescente. O governo federal propõe um prazo máximo de 12 horas para que plataformas digitais notifiquem a Polícia Federal ao identificarem conteúdos ou condutas que representem risco grave, crível, iminente ou em curso a crianças e adolescentes. A medida integra a regulamentação do Centro Nacional de Proteção à Criança e ao Adolescente (CNCA), vinculado à Polícia Federal, e prevê prazos diferenciados conforme a urgência do caso, com até 7 dias para notificações de menor risco. A proposta também determina a preservação dos conteúdos removidos para investigação e exige que as plataformas disponibilizem canais específicos para órgãos públicos solicitarem remoções e notificações. Além disso, o texto prevê a criação da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado em Ambiente Cibernético (CIBERFICCO), que atuará contra crimes digitais, como violência contra crianças, crimes de ódio, fraudes bancárias e ataques a infraestruturas críticas. O CNCA foi criado no âmbito do ECA Digital, sancionado em 2025, e busca referência em modelos internacionais, como o do Reino Unido, visando fortalecer a proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital. [Fonte:](#) Estado de S. Paulo.

Simples Nacional: Receita diz que empresas vão poder rever adesão ao regime de impostos de IBS e CBS. O secretário especial da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, confirmou que as empresas do Simples Nacional poderão rever a opção pelo regime de tributação de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) mesmo após a janela de arrependimento, em novembro, caso o Senado fixe a alíquota da CBS depois desse prazo. O Senado deve fixar a alíquota de referência da CBS até 15 de dezembro. As empresas devem decidir, até 30 de setembro, se irão recolher IBS e CBS dentro da guia única do regime ou por fora, no chamado "Simples Híbrido". Até 30 de novembro, poderão desistir da escolha. É possível que a alíquota da CBS ainda não esteja definida até essa data. Uma eventual revisão da opção tributária após a janela de novembro foi uma sugestão do CFC (Conselho Federal de Contabilidade). [Fonte:](#) Convergência Digital.

Entidades pressionam Confaz por redução de ICMS para data centers após sanção do Redata. A reivindicação foi apresentada em manifesto divulgado após a sanção do Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), que reduziu a tributação federal sobre investimentos no setor. O regime foi instituído pela Lei nº 15.504, sancionada em 15 de setembro. Assinam o documento entidades como CNI, Brasscom, Conexis, TelComp, ABDC, ABES, Assespro, Fecomercio SP, Firjan, NEO e Associação Brasil Digital, além de outras organizações ligadas a tecnologia, telecomunicações e infraestrutura digital. O argumento central é que, sem uma medida coordenada sobre o ICMS, a redução dos tributos federais promovida pelo Redata não seria suficiente para colocar o Brasil em condições mais competitivas na disputa internacional por investimentos em data centers. [Fonte:](#) TeleSintese.

Governadores pedem a Lula inclusão do gás natural no Redata. Governadores de diversos estados brasileiros solicitaram ao presidente Lula a inclusão do gás natural no Regime Especial de Desenvolvimento da Atividade de Tecnologia da Informação e Comunicação (Redata). O pedido visa ampliar os incentivos fiscais para o setor de gás natural, promovendo o desenvolvimento econômico e a atração de investimentos em infraestrutura energética. A iniciativa busca também fortalecer a matriz energética nacional com fontes de menor emissão de carbono, alinhando-se às políticas de sustentabilidade e transição energética. O pleito foi

encaminhado em meio a discussões sobre a modernização do setor energético e a necessidade de diversificação das fontes de energia no país. [Fonte:](#) Poder360.

ApexBrasil promove Jornada Exportadora de TIC no Chile e na Colômbia para ampliar presença de empresas brasileiras no mercado internacional. A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) realizou, entre 14 e 18 de setembro, a Jornada Exportadora – TIC Chile e Colômbia, iniciativa voltada à preparação e à internacionalização de micro, pequenas e médias empresas brasileiras do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A programação passou por Santiago, no Chile, e Medellín, na Colômbia, combinando atividades de capacitação, imersão nos mercados, visitas técnicas e rodadas de negócios. Realizada em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com apoio da SOFTEX, AFRAC e das Embaixadas do Brasil em Santiago e em Bogotá, a jornada teve como foco empresas não exportadoras e exportadoras iniciantes, contribuindo para ampliar seu conhecimento sobre os mercados latino-americanos e prepará-las para identificar oportunidades e estabelecer conexões comerciais internacionais. [Fonte:](#) Apex Brasil.